

de trabalho não se efetiva para todos os membros da sociedade capitalista. Isto é, ela procura explicar porque existem, na sociedade de classes, setores da população que são marginalizados do sistema de produção. Seguindo o raciocínio já anteriormente desenvolvido por autores como Stavenhagen ("Estratificação Social e Estrutura de Classes") a autora mostra como os diversos critérios de discriminação social atuam não somente no sentido de manter disponível uma reserva de mão-de-obra, como também no de camuflar a divisão da sociedade em classes antagônicas. A estratificação social, que pode obedecer a critérios os mais diversos, tais como renda, religião, idade, raça, ou sexo, estaria assim sobreposta à verdadeira estrutura de classes, servindo como uma válvula de escape para as tensões acumuladas pelo sistema. A mulher seria alijada do mercado de trabalho da mesma maneira como os negros, os velhos ou os índios. Apenas os motivos invocados seriam diferentes, sendo que, no caso da mulher, a conservação dos padrões tradicionais de organização familiar teriam um papel importante na justificação da posição inferior que ocupa.

No entanto, a própria autora reconhece, em alguns momentos, que esta explicação não esgota as causas da situação inferior que a mulher ocupa na sociedade. Em primeiro lugar, porque nas sociedades em que houve uma mudança radical nas estruturas sociais e econômicas, como por exemplo na União Soviética, essa mudança não bastou, por si só, para garantir uma real igualdade entre os sexos. Em segundo lugar, porque, mesmo nas sociedades pré-capitalistas, a mulher já possuía um papel social diferente do homem, o que muitas vezes se refletia numa situação de inferioridade. Em terceiro lugar, porque existe um elemento que é específico da condição feminina, que é a impossibilidade do desaparecimento gradativo de suas características físicas, tal como ocorre com os traços raciais através da miscigenação.

Tudo isso parece indicar que existem causas do problema que se encontram além de uma explicação puramente econômica. É exatamente neste ponto que podem ser encontradas falhas no esquema de interpretação global da autora, já que esta quase

BLAY, Eva A. 1972. *A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este trabalho constitui uma fonte de referência importante para quem esteja interessado em estudar a condição da mulher como trabalhadora. Resul-

não se detém na análise dos aspectos culturais da desigualdade entre os sexos. Análise que poderia, talvez, lançar luzes sobre a especificidade da categoria mulher.

Um outro aspecto desta lacuna é o fato de que os tipos de consciência que a mulher tem de sua situação só são examinados indiretamente, através da análise das diferentes ideologias que permeiam os movimentos feministas, das resoluções referentes ao sistema de ensino, das teses da Igreja Católica, da psicanálise e da antropologia americana. A autora não utiliza nenhuma forma mais direta de estudar a visão que as próprias mulheres, objetos da opressão, possam ter de sua situação. Fica em aberto, assim, o problema da determinação das possibilidades que os movimentos feministas teriam de conquistar o apoio de maior quantidade de mulheres do que têm conseguido até agora.

Da mesma forma, não fica claro até que ponto isto seria desejável, isto é, se estes movimentos teriam algum papel a desempenhar na mudança das estruturas econômicas da sociedade, condição que a autora considera como essencial para que seja atingida a igualdade entre os sexos.

Na realidade, ela parece oscilar entre a opinião de que é impraticável um movimento revolucionário por parte de uma categoria que permeia todas as camadas sociais e a opinião de que a destruição da "camuflagem da estrutura de classes, representada, em parte, pela discriminação social da mulher" contribuiria "para o acirramento do conflito entre as classes sociais" e portanto, para a transformação da sociedade capitalista (pp 138/139).

Assim é que a autora nos deixa, ao final da leitura, sem resposta certa para a questão de como encontrar saídas para a solução do problema da mulher. Fica apenas uma certeza: a de que este problema apresenta tantos aspectos diferentes e mesmo contraditórios que nem todo o aparato teórico de uma socióloga competente como Heleith Saffioti é suficiente para esgotá-lo.

Maria M. Malta Campos  
Marta Kohl de Oliveira  
(Fundação Carlos Chagas)

tado de pesquisa exaustiva, constitui fonte inestimável de sistematização de dados, alguns de acesso relativamente difícil.

Na primeira parte, a autora analisa dados secundários e fixa a perspectiva teórica que utiliza na interpretação de dados empíricos. A proposição básica da qual parte pode ser resumida no seguinte. A divisão social do trabalho mantém, atualmente, a condição de sexo do indivíduo como critério de

incorporação ao trabalho, qualquer que seja o nível de desenvolvimento tecnológico, ou o sistema político em vigor. Como uma "força de reserva" no conjunto dos recursos humanos de um país, a mulher não decide se vai ou não trabalhar, mas é impelida ou impedida de fazê-lo, dependendo do estágio de expansão econômica na qual esse país se encontra. Modificações nas estruturas ocupacionais permitem à mulher transferir-se para novos postos, sempre, porém, ocupando cargos hierarquicamente mais baixos e menos bem remunerados. Mudanças econômicas não acarretam mudanças sociais em todos os aspectos da sociedade global. As contradições daí resultantes são incorporadas pela própria mulher que constrói uma auto-imagem destoante de seu comportamento de fato. Como resultado de um longo processo de socialização orientado por valores anacrônicos, a jovem é levada a "ter vocação" para carreiras de baixo prestígio e de baixa remuneração, e a não assumir a condição do profissional que incorpora o trabalho como um dos aspectos fundamentais de sua vida.

A perspectiva teórica é fixada a partir do conceito de divisão do trabalho entendida não apenas de um ponto de vista técnico, mas também como um processo social. Tal processo, além de gerar as diferentes especializações de atividades, leva também a uma hierarquia de funções e ocupações às quais se associam diferentes graus de prestígio e diferentes níveis de exigência para a incorporação dos indivíduos ao mundo do trabalho. Assim, o trabalho qualificado é um conceito contingente ao grau de desenvolvimento tecnológico do país e, conseqüentemente, ao tipo de critérios próprios às estruturas sociais específicas. Defende a autora que, entre esses critérios, o sexo e a idade são aqueles utilizados em qualquer nível de desenvolvimento tecnológico e em qualquer regime político. Em diferentes sociedades, existem estruturas ocupacionais paralelas: uma, onde predominam os homens, e outra, à qual a mulher parece ter maior facilidade relativa de acesso.

A manutenção do sexo como critério de incorporação ao trabalho nas sociedades industrializadas pode ser entendida como indicação de que a industrialização não produz, necessariamente, mudanças nas normas e valores sociais. A autora toma os processos de industrialização e urbanização como os fatores mais importantes da expansão econômica e afirma que — ao contrário do que comumente se acredita — esses processos tendem a alijar e não a engajar a força de trabalho feminina. A partir de dados da OIT sobre a evolução da população econômica ativa de 1950 a 1980, são comparadas as regiões industrializadas e regiões não industrializadas, verificando-se que, nestas últimas, a participação econômica da mulher é percentualmente maior, e se dá por um período de tempo mais longo (ela começa

a trabalhar mais nova e deixa mais tarde sua vida ativa). No que se refere aos aspectos mais qualitativos, a análise mostra que, em vários países, independentemente do grau de desenvolvimento e do regime político, mantém-se uma imagem tradicional da mulher, suas oportunidades são maiores nos escalões mais baixos da hierarquia ocupacional, a educação dos filhos e o trabalho doméstico permanecem tarefas predominantemente femininas.

Embora as informações apresentadas apontem na direção prevista pela autora, não permitem uma resposta precisa às suas hipóteses e indagações, por limitações mencionadas no próprio trabalho. Os dados da OIT, muito gerais, não permitem uma análise da distribuição da mão-de-obra feminina pelos tipos de trabalho (qualificado e não qualificado) definidos na introdução teórica, exceção feita aos dados relativos à América Latina que são apresentados na análise qualitativa. Essa análise qualitativa baseia-se em fontes que diferem bastante de país para país, dificultando a comparação em aspectos mais específicos.

A partir do esquema teórico proposto, a autora realizou dois trabalhos empíricos, cujos resultados e análise constam da segunda parte. No primeiro, utilizou os dados coletados por Pastore, que estudou 381 empresas, distribuídas entre os 11 ramos responsáveis por 80% da atividade industrial do Estado de São Paulo. Nessa amostra, a autora analisou a relação que teriam, com a absorção do trabalho feminino qualificado, fatores relativos à estrutura industrial (localização, ramo e tamanho da empresa), à estrutura do trabalho (tipo de atividade e salário) e à característica da trabalhadora (idade). Essa análise descritiva é bastante pormenorizada mas, por vezes, ressent-se da falta de uma visão mais global, especialmente no que se refere à comparação com a situação paralela do trabalhador masculino.

No segundo estudo, foram entrevistadas 522 trabalhadoras, sorteadas entre as que participaram da amostra anterior. Embora 78% da amostra original fossem constituídos de secretárias, estas representam apenas 22% da nova amostra, a fim de garantir número suficiente em cada uma das três categorias: universitárias, secretárias e "outros cargos". A análise dos dados consistiu na comparação dessas categorias quanto a nacionalidade, área de socialização, idade, estado civil, número de filhos, escolarização, origem sócio-econômica e atitudes perante a vida profissional. A parte puramente descritiva constituiu, por si só, trabalho de grande interesse, pois apresenta dados difíceis de conseguir, por causa dos conhecidos obstáculos à penetração na indústria. Quanto às inferências que daí são feitas, dois reparos precisam ser mencionados: a afirmação da

pág. 299: "o estado civil por si mesmo não constitui

fator que determine uma mudança no comportamento profissional de trabalhadoras de diferentes categorias" não tem apolo nos dados apresentados. O fato de 2/3 das trabalhadoras de cada categoria serem solteiras não implica em ser a proporção de trabalhadoras entre casadas universitárias igual à proporção de trabalhadoras entre casadas não-universitárias. Na pág. 301, há outra afirmativa insuficientemente fundamentada: "Esse dado ... (cerca de 50% das mulheres casadas de cada categoria têm filhos) ... contradiz expectativas relatadas pelas próprias entrevistadas... Elas afirmavam que se os tivessem não continuariam trabalhando". Ora, em São Paulo, o número de mulheres casadas que têm filhos é quase 10 vezes maior do que o número de mulheres casadas sem filhos. Portanto, se elas aparecem em igual proporção na amostra, isto é sinal de que as casadas que têm filhos estão, de fato, sub-representadas, o que parece indicar que, ao ter filhos, a mulher tende a deixar o trabalho. (Também é provável que a trabalhadora — mais que a não-trabalhadora — evite ter filhos).

Na parte relativa às atitudes perante a profissionalização, o trabalho resente-se de falta de maior profundidade. Há diversas informações sugestivas

que, no entanto, não puderam ser suficientemente exploradas, em função da abordagem adotada. Privilegiando o papel das determinações do mercado de trabalho, a autora relega a posição secundária fatores que já enfatizara no início do trabalho — as normas e valores culturais incorporados pelos processos de socialização — apontadas em seu esquema teórico como fatores de "demora cultural", responsáveis pela manutenção do critério do sexo na incorporação do indivíduo ao trabalho.

Sem negar a importância dos fatores que a autora favorece, consideramos, contudo, que não se deve esquecer que, em última instância, é no nível das decisões individuais que a influência desses fatores se manifesta. Neste sentido, um tratamento mais adequado dos processos cognitivos e motivacionais subjacentes à ideologia feminina e ao comportamento inovador desempenhado pelas trabalhadoras viria enriquecer sobremaneira a análise. Evidentemente, nenhum estudo pode ser completo e pretender esgotar todos os ângulos sob os quais o problema pode ser abordado.

*Carmen Lúcia de Mello Barroso  
Guiomar Namó de Mello  
(Fundação Carlos Chagas)*